

**PREVENÇÃO AO SUPERENDIVIDAMENTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA
DO NAS EDUCAÇÃO EM INTERVENÇÕES COM ADOLESCENTES DO
MUNICÍPIO DE CANOAS**

Carolina Freitas de Lima
Jeferson Rodrigo Schaefer
Diego Henrique Guedes dos Angelos
Cláudio Roberto Schmitz Júnior
Jorge Marcelo Wohlgemuth
Karla Rafaela Haack

RESUMO

O presente estudo expõe um relato de experiência produzido pela equipe de Educação do Núcleo de Apoio ao Superendividado vinculado ao PROCON de Canoas/RS. Tendo em vista o aumento de cidadãos em situação de superendividamento, torna-se fundamental o trabalho de Educação Financeira nas escolas aliado a Psicologia possibilitando a reflexão e compreensão acerca do uso do dinheiro, crédito e seus impactos na vida dos sujeitos. Ao longo do estudo são descritas experiências da equipe em intervenções realizadas com adolescentes, com o objetivo de promover a prevenção ao superendividamento e consequentemente possibilitar a construção de conhecimento a respeito de educação financeira, habilidades sócio-emocionais e psicológicas. No estudo são abordadas as 88 capacitações realizadas no ano de 2022, com os estudantes do 9º ano das escolas municipais de Canoas, abrangendo um total de 1.758 participantes. Neste período houve o desenvolvimento de diferentes intervenções para abordar as temáticas propostas, tendo sido qualificado um modelo no qual percebe-se uma maior interação dos adolescentes a partir do último modelo proposto. Cabe ainda destacar que a educação financeira não se restringe apenas ao aspecto individual, mas também contempla questões coletivas e sociais, como consumo consciente, direitos dos consumidores e responsabilidade social.

Palavras-chave: Educação Financeira, Adolescentes, Prevenção, Superendividamento, Relato de Experiência.

INTRODUÇÃO

No Brasil, um dos principais marcos legais para a infância e adolescência foi a promulgação da Lei nº 8.069, em 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A partir desse momento, passou-se a compreender a infância como o período até os 12 anos de idade incompletos e a adolescência como o período entre os 12 e os 18 anos de idade, estando esses sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento. Em função disso, passou-se a assegurar a esse segmento social todos os direitos fundamentais humanos¹, bem como todas as oportunidades para que se efetive o pleno desenvolvimento físico, mental,

¹ Direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

moral, espiritual e social, respeitando-se as condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Outro marco importante para essa população foi a promulgação da Lei nº 12.852, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, que passam a ser considerados os sujeitos entre os 15 e 29 anos de idade. Reforçou-se, portanto, a ideia de que o jovem é sujeito de direitos universais e singulares, sendo necessária a promoção de sua autonomia, a valorização de sua participação social e a promoção de seu bem-estar e desenvolvimento integral (BRASIL, 2013). Essa legislação surgiu de maneira a complementar o ECA², fortalecendo as políticas públicas destinadas ao segmento juvenil e reconhecendo que essa população específica demanda proteção e atenção diferenciados, visto os aspectos singulares dessa fase do desenvolvimento (CASTRO; MACEDO, 2019).

Papalia e Feldman (2013) colocam que a adolescência é uma fase do desenvolvimento caracterizada não como um evento único, mas como um longo período, que configura a passagem da infância para a vida adulta. Esse período é marcado por uma série de mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais, que assumem diferentes formas de acordo com o contexto socioeconômico e cultural do indivíduo. Por se dar em um contexto de complexas relações e fatores, que abrange os diferentes meios aos quais o sujeito está vinculado - como a família, a comunidade, a escola, o grupo de pares, a cultura, entre outros - (IBGE, 2016).

O sujeito dito “o adolescente” é aquele que, tendo em vista as modificações de seu corpo, de suas relações e de seu lugar social, precisa se ressituar diante dos determinantes reais, imaginários e simbólicos que delimitam sua posição em relação a si mesmo e aos outros (POLI; BECKER, 2012). A adolescência é também uma construção social, visto que as diferenças culturais influenciam na compreensão do significado desta fase e do que se espera do adolescente (CASTRO; MACEDO, 2019). Para Poli e Becker (2012), o sujeito adolescente é, pois, um sujeito em crise; crise das condições de representação que haviam sido constituídas ao longo da infância. É importante salientar que as condições que envolvem estas passagens não são características, unicamente, de uma determinada faixa etária.

Uma forte influência a essa construção social vem dos meios de comunicação. Conforme Gadea et al. (2017), a mídia vem representando o jovem de duas formas: a primeira é ligada ao consumo, por meio da moda e do marketing; já a segunda traz a perspectiva do jovem delinquente, violento, que faz uso de entorpecentes e o associa ao perigo urbano. Contudo, essas representações da juventude acabam por ser simplistas, visto que desconsideram os diferentes contextos sociais e experiências vivenciadas pelos mesmos e desqualificam as diferentes identidades que se desenham durante esse período.

Diante das transformações relacionadas à adolescência e as diferentes experiências vividas neste período, podemos ainda compreender que o contexto tem um papel significativo para o desenvolvimento do adolescente. Em se tratando destes impactos, para muitos adolescentes, o acesso a bens, serviços e direitos é mais restrito, o que estabelece relação um cenário de maior vulnerabilidade. Compreende-se como vulnerabilidade a interação entre características individuais e as estruturas de desigualdade social³ que são capazes de determinar oportunidades e produzir sentidos para o sujeito, tanto sobre o mundo quanto sobre si mesmo.

² Em seu artigo 1º, §2º, o Estatuto da Juventude traz que “aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente”, apontando o caráter de complementaridade ao ECA, sem sobrepor-lo.

³ A desigualdade social é entendida como um processo complexo e multidimensional, derivada do reforço de diferentes tipos de poder - como questões econômicas, de classe social, étnico-raciais, de gênero, territoriais, entre outros - que produzem e reproduzem relações desiguais (PIRES, 2019).

Por conjugar diferentes fatores capazes de interferir no nível de bem-estar e qualidade de vida, a vulnerabilidade possui um caráter multidimensional, podendo se apresentar em diferentes intensidades. Ela extrapola a noção de falta de recursos financeiros, considerando também aspectos de participação social, relações interpessoais, acesso à bens e serviços, levando em consideração o contexto no qual o sujeito está inserido (CEOLIN et al., 2015; SCOTT et al., 2018).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) reforça a perspectiva de que a vulnerabilidade social não está ligada apenas à pobreza ou a questões econômicas. Mais do que isso, são as características do Estado e suas desigualdades estruturais que ditam o grau de vulnerabilidade dos grupos, bem como os vínculos afetivos estabelecidos. Ou seja, para a PNAS, a vulnerabilidade surge do resultado negativo da soma entre: a disponibilidade de recursos, tanto materiais quanto simbólicos; o acesso às oportunidades, sejam elas sociais, econômicas ou culturais; e a fragilização dos vínculos sociais e afetivos. Nesse sentido, ao falar sobre vulnerabilidade social, fala-se sobre a insuficiência do conjunto de características, recursos e potencialidades de um dado grupo social para lidar com as adversidades que surgem, promovendo também desvantagens e dificuldades no acesso a oportunidades. Para os adolescentes e jovens, a falta de acesso a oportunidades, a bens e serviços de consumo acaba por contribuir para a perpetuação da vulnerabilidade social, produzindo consequências negativas em seu desempenho e mobilidade social⁴ e, conseqüentemente, gerando a exclusão social (FIGUEIREDO; FAUSTINO, 2018; SCOTT et al., 2018; SILVA; GALETO; BATISTA, 2020).

Em vista disso, um determinante importante para pensarmos a redução das vulnerabilidades sociais é o fomento à educação. O artigo 53 do ECA determina que a criança e o adolescente têm direito à educação pública e gratuita, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1990). Ou seja, a escola ocupa uma posição de destaque no desenvolvimento dos adolescentes, pois é a partir das vivências proporcionadas pelo ambiente escolar que a pessoa cria novas possibilidades de desenvolvimento, tanto intelectual quanto pessoal (CARVALHO; LOPES; URT, 2018). O acesso ao ensino está correlacionado, portanto, às perspectivas e possibilidade de futuro pessoal e profissional, trazendo à luz possibilidades de projetos de vida, sejam eles os desejáveis, os possíveis ou os prováveis (FREITAS; BATISTA; MELLO, 2016).

Para além da aprendizagem de conhecimentos científicos, a escola tem como algumas de suas principais funções o estímulo ao pensamento crítico, a participação na definição da identidade dos sujeitos, a promoção de criação de vínculos e relações afetivas, bem como a ampliação das oportunidades a partir da construção de novas possibilidades. Sendo assim, a escola ocupa papel fundamental seja para a perpetuação ou para interrupção do ciclo da vulnerabilidade (CARVALHO; LOPES; URT, 2018). Isso ocorre também porque a instituição acaba por se constituir em um importante equipamento social, já que muitas vezes é o único espaço a oferecer infraestrutura para prática de esportes, lazer, arte e cultura se comparado a outros espaços comunitários, principalmente em territórios marcados pela vulnerabilidade (FREITAS; BATISTA; MELLO, 2017).

A ausência do Estado em garantir políticas públicas efetivas e de qualidade leva ao abandono do território da periferia. Esse abandono traz consigo consequências para a consolidação da identidade de adolescentes e jovens, visto que essa construção se dá a partir

⁴ Desempenho e mobilidade social são entendidos como a dificuldade apresentada por determinados segmentos populacionais em ascender socialmente, melhorando sua qualidade de vida apesar das dificuldades encontradas (SCOTT et al., 2018).

da relação entre sujeito e meio social. Em territórios desassistidos, onde há insuficiência de recursos materiais e simbólicos para o enfrentamento das situações adversas, amplia-se a exposição da população - principalmente de jovens - à criminalidade, ao tráfico de entorpecentes e à violência (KOSTULSKI et al., 2019; WARPECHOWSKI; CONTI, 2018).

Neste sentido, torna-se importante pensar em intervenções que favoreçam o pleno desenvolvimento de adolescentes e jovens. Em virtude das mudanças características dessa fase, de construção de identidade e fortalecimento dos laços sociais, torna-se importante o desenvolvimento de habilidades sociais e socioemocionais. Essas habilidades são entendidas como os diferentes comportamentos sociais que uma pessoa possui em seu repertório, que contribuem para as interações sociais estabelecidas com outros e com o meio (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2008). Incluem questões como se apresentar, iniciar e manter conversação, manifestar opinião, expressar sentimentos, lidar com as críticas e com a pressão do grupo, tomada de decisão, controle da impulsividade, entre outros (SILVA; MURTA, 2009). O desenvolvimento dessas habilidades tem impacto significativo na saúde psicológica, aprendizagem, exercício de cidadania, sucesso pessoal e profissional (MARIN et al., 2017).

Outro aspecto fundamental para o desenvolvimento integral de adolescentes e jovens é o fortalecimento da cidadania e da consolidação dos direitos humanos. Sendo uma das funções primordiais da educação básica⁵ a formação para o exercício da cidadania e para a inserção no mercado de trabalho e nos níveis mais avançados de estudo, torna-se dever da escola contemplar em seu currículo o ensino crítico e reflexivo, contemplando as diversidades existentes, fomentando o conhecimento e a construção da cidadania a partir da valorização da cultura, da história e dos direitos e deveres de cada um. Nesse sentido, a escola tem como compromisso a aproximação entre conhecimento científico e cultura de base, produzida no cotidiano de vida dos atores presentes nesse espaço - alunos, professores e comunidade escolar. A escola, por seu papel na formação de sujeitos, é também responsável por sua humanização e pela construção de meios de melhoria para as condições de vida, contribuindo para mudanças sociais e redução das desigualdades (GONÇALVES; FIGUEIREDO, 2019).

Conforme Gonçalves e Figueiredo (2019), apesar de seu papel de destaque, a escola e a educação não se apresentam como ferramenta mágica para a resolução dos problemas sociais. Aliás, este não é o único espaço possível para a construção de conhecimento acerca de direitos humanos, deveres e cidadania. Entretanto é um dos espaços que permite sua maior sistematização e, a partir disso, a aplicação de atitudes, saberes, comportamentos e compromissos que levem ao exercício efetivo da cidadania. Em razão disso, a importância da escola se dá por esta se constituir enquanto um espaço de discussão, debate, reconhecimento de contradições e de situações de vida, tornando possível o desenho de perspectivas futuras distintas. A humanização da educação cria ferramentas para o reconhecimento e exercício de direitos e deveres enquanto cidadão, favorecendo o desenvolvimento de uma sociedade baseada em princípios como democracia, cidadania e justiça social, reforçando a edificação de uma cultura de direitos tomada como um processo tanto aprendido quanto vivenciado, numa perspectiva de cidadania ativa.

Somado à cidadania e aos direitos humanos, a Educação Financeira tornam-se instrumentos importantes no combate às desigualdades. Todavia, não podemos reduzir a Educação Financeira a capacidade de entender informações econômicas e tomar decisões sobre dívida, investimento e planejamento financeiro, pois isso acaba responsabilizando unicamente o sujeito por suas escolhas e por sua segurança financeira. Para além disso, é imprescindível a

⁵ São componentes da educação básica a educação infantil, o ensino fundamental e ensino médio.

execução de ações e práticas educativas para o consumo que oportunizem o empoderamento do consumidor.

De acordo com Hill (2009) a educação financeira é definida como a habilidade que os indivíduos apresentam em fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida. Ainda, a OCDE define a Educação Financeira como sendo:

“A educação financeira pode ser definida como "o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem estar financeiro" (OCDE, 2005, n.p).

Ou seja a educação financeira vai além do desenvolvimento de habilidades que permitam um melhor gerenciamento da renda e que reduzam os obstáculos que dificultam a participação no mercado, é preciso construir um pensamento crítico dos mecanismos que impulsionam o sujeito a consumir, pois assim, torna-se possível tomar uma decisão financeira a partir do entendimento da sua posição nas relações sociais (BUAES, 2015). Segundo Hooks (2013), para atingir diferentes populações, a necessidade de não somente modificar nossos paradigmas como também a forma como pensamos, falamos e escrevemos. O presente projeto nos coloca esse desafio constantemente, pois é de suma importância repensarmos nossa abordagem de ensino-aprendizagem com os adolescentes.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

No período de junho e julho de 2022 foram realizadas 3 (três) intervenções junto a adolescentes no município de Canoas/RS, a fim de atender ao objetivo central de prevenção e tratamento ao superendividamento por meio de atividades educativas em escolas municipais. A primeira intervenção com um grupo de adolescentes (com idades entre 14 à 18 anos), abordou temáticas relacionadas à cidadania, à educação financeira e aspectos psicológicos relacionados a esses assuntos. Nessas rodas de conversa iniciais, abriu-se espaço para o diálogo, buscando a intersecção entre as temáticas propostas por meio de tecnologias de cuidado leve, como acolhimento, escuta e criação de vínculos. Nessa intervenção a atividade trouxe inicialmente questões relacionadas ao orçamento pessoal e familiar em consonância com sentimentos ligados a desejo e escolhas. A acolhida e a troca entre os alunos e os profissionais visitantes ocorreu de maneira muito próxima em razão da formação de pequenos grupos de debate e construção coletiva.

A turma participante era uma turma de Jovem Aprendiz, onde todos possuem uma renda a partir do trabalho e as aulas as quais participam já abordam temáticas relacionadas ao controle financeiro, planejamento orçamentário e afins. Outro ponto que favoreceu o trabalho e possibilitou o diálogo sobre a temática, conseguindo conectá-las aos conceitos de cidadania foi o número reduzido de participantes e o contexto de responsabilidade, acesso a novas oportunidades e uma maior consciência social fomentada através do curso ao qual os adolescentes devem participar. O papel desempenhado pela professora responsável pela turma foi fundamental para a execução da atividade, pois em seu trabalho com os jovens ela já inseria

aspectos relacionados à proposta de nossa equipe.

Dando continuidade a essa linha de abordagem, realizou-se a segunda intervenção com adolescentes. A turma participante era uma turma de 8º ano do ensino fundamental, intitulada pelo professor como “a melhor turma da escola” (sic). Os alunos tinham entre 13 à 16 anos; pelo menos uma aluna possuía dificuldade de aprendizagem e necessitava de atenção especial e adaptação de algumas atividades, a fim de auxiliar em seu processo de ensino-aprendizagem.

Nessa intervenção, o enfoque também foi dado à educação financeira. Realizou-se um jogo em que foram trazidas 4 (quatro) rendas distintas, variando desde R\$ 400,00 (valor do Auxílio Brasil, única fonte de renda de grande parte da população) e R\$ 2.500,00. Os alunos foram convidados a organizar-se financeiramente, a partir de gastos em 4 (quatro) categorias distintas: alimentação, casa, lazer e vestuário. Além disso, o jogo contava com surpresas relacionadas ao aumento ou diminuição de gastos. Em clima de competição, quanto maior a renda, maior a organização financeira do grupo.

Na mesma escola ocorreu uma segunda intervenção com adolescentes (a terceira do período). Diferente da turma anterior, os participantes desta intervenção eram alunos do 9º ano do ensino fundamental, com alunos entre 14 à 18 anos, definida como “a pior turma da escola”(sic). Para a realização dessa atividade, foi trazido o mesmo jogo, com algumas modificações. Desta vez, foram propostas duas faixas de renda (Auxílio Brasil e Salário Mínimo) e duas histórias como ponto de partida para o planejamento orçamentário. A turma foi dividida em 4 grupos e as facilitadoras circularam pelos mesmos durante a realização da atividade, conversando e auxiliando no planejamento, bem como conversando sobre alguns pontos importantes. A ideia era que após o jogo, se ampliasse a discussão para o grande grupo, aprofundando aspectos relacionados à cidadania, direitos, acesso a bens e serviços, etc. Entretanto, ao término do jogo, a turma se dispersou e indicou que era hora de encerrar a atividade, não dando abertura para o seguimento da proposta.

Após as intervenções iniciais, optou-se por reformular a atividade realizada nas escolas. A percepção da equipe era de que a realização da atividade não estava contemplando os aspectos relacionados à psicologia, como tomada de decisão, habilidades sociais e questões socioemocionais. Diante de tais questões a equipe reformou a proposta de intervenção, utilizando-se de um jogo cooperativo, realizado em duas etapas.

Na primeira etapa os adolescentes foram incentivados a formarem grupos e fazerem uma projeção de vida de um personagem criado pelo grupo com base na idade dos participantes daqui a 10 anos. Nesta projeção são descritas as seguintes características do/a personagem: nome, idade, com quem reside, cidade de residência, características físicas, características comportamentais, nível de escolaridade, profissão, renda mensal, patrimônio, além de planos futuros, o que deseja. Enquanto na segunda etapa cada um dos grupos recebeu uma renda distinta, entre R\$1.500,00, R\$3.000,00 e R\$6.000,00, tendo que organizar um orçamento familiar com base nesta renda. O orçamento por sua vez é composto de categorias envolvendo gastos com alimentação, moradia, saúde, lazer, transporte, entre outras.

Para a realização das atividades, considera-se necessário em torno de 1 hora e 30 minutos, compatíveis com 2 períodos letivos escolares. Após a reformulação das intervenções, foram realizadas 88 (oitenta e oito) atividades em escolas distintas, até o período de 31 de dezembro de 2022. Somando, ao todo, 1.758 alunos participantes destas intervenções. A partir deste novo formato notou-se um maior envolvimento por parte dos adolescentes que citavam gostarem de manusear o dinheiro, uma vez que as rendas entregues a cada grupo eram disponibilizadas em formato de cédulas de dinheiro de brinquedo, que conferiram um caráter mais lúdico a intervenção. Destaca-se ainda o grande envolvimento dos participantes na criação dos personagens cada vez mais detalhados, o que oportunizou ricos debates sobre perspectivas

de futuro, equilíbrio das relações de consumo e desenvolvimento pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência teve como objetivo a prevenção e tratamento do superendividamento por meio de capacitações em educação financeira destinadas a alunos do 9º ano de escolas municipais de Canoas/RS. Ao longo das intervenções realizadas, foram abordadas temáticas relacionadas à cidadania, educação financeira, aspectos psicológicos e ligados a esses assuntos.

Inicialmente, as rodas de conversa propiciaram um espaço para diálogo e troca de experiências, utilizando técnicas como acolhimento, escuta ativa e criação de vínculos. Durante essas intervenções, os alunos discutem questões relacionadas ao orçamento pessoal e familiar, desejos e escolhas financeiras. A interação próxima entre os alunos e os profissionais, por meio de pequenos grupos de debate, dinâmica e construção coletiva, favoreceu o engajamento dos participantes.

Diante dessas experiências, a equipe percebeu a necessidade de reformular a abordagem, incorporando aspectos relacionados à psicologia, englobando, portanto, políticas públicas, aspectos sociais e habilidades socioemocionais e comportamentais, assim como a tomada de decisão. Dessa forma, foi proposto um jogo cooperativo em duas etapas, envolvendo a projeção de vida de personagens criados pelos grupos e organização de um orçamento familiar com base em rendas diferentes.

A partir da reformulação das intervenções foi possível promover reflexões mais abrangentes sobre perspectivas de futuro, equilíbrio nas relações de consumo e desenvolvimento pessoal. Sendo assim, reforça-se a importância de políticas públicas que garantam a inclusão da educação financeira no currículo, visando a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e preparados para lidar com os desafios financeiros. As capacitações devem ser adaptadas às necessidades dos adolescentes, incentivando a reflexão crítica, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento.

Nesse sentido, é relevante destacar que a educação financeira não se restringe apenas ao aspecto individual, mas também contempla questões coletivas e sociais, como consumo consciente, direitos dos consumidores e responsabilidade social. Avaliar e aprimorar continuamente as intervenções, em colaboração com diversos atores, é essencial para fortalecer as práticas de educação financeira e promover uma sociedade mais justa e sustentável.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. S. Juventude(s): afinal, que sujeitos sociais são estes?. **Cadernos do Aplicação**, v. 34, n. 1, 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude

e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2013.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

BUAES, C. S. **Educação financeira com idosos em um contexto popular**. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v 40, n.1, jan./mar., p. 105-128, 2015.

CARVALHO, L. P. E.; LOPES, P. N.; URT, S. da C. **O adolescente em vulnerabilidade social e a escola: uma análise sob a perspectiva histórico-cultural**. *Revista Juventude e Políticas Públicas*, Brasília, v. 2, Edição Especial, p. 1-13, abr. 2018.

CASTRO, E. G.; MACEDO, S. C. **Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementaridade, desafios e diferenças**. *Revista Direito e Práxis* [online], v. 10, n. 2, 2019.

CEOLIN, R. et al. **Situações de vulnerabilidade vivenciadas na adolescência: revisão integrativa**. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 39(1), 150-150, 2015.

COSTA, A. C. R.; CAVALCANTE, L. I. C. **Fatores de risco no desenvolvimento e nas relações de amizade de adolescentes em acolhimento institucional**. *Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 3(5), 376-391, 2018.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Um sistema de categorias de habilidades sociais educativas**. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v.18, n.41, p.517-530, 2008.

FIGUEIREDO, G. C.; FAUSTINO, H. H. **Violência e vulnerabilidade social: impacto da intervenção psicossocioeducativa na garantia de direitos**. *Laplage em revista*, 4(3), 225-239, 2018.

FRANCISCO, C. F. et al. **Comportamento de risco na adolescência: uma revisão sistemática da literatura nacional**. *Cadernos de Educação*, 18(36), 43-71, 2019.

FREITAS, P. F.; BATISTA, A. A. G.; MELLO, H. D. A. **Juventude(s) e ensino médio: relação dos estudantes com a escola e com o saber em territórios de vulnerabilidade social**. *Cadernos Cenpec | Nova série*, v. 6, n. 2, 2017.

GADEA, C. A. et al. **Trajetórias de jovens em situação de vulnerabilidade social: sobre a realidade juvenil, violência intersubjetiva e políticas para jovens em Porto Alegre - RS**. *Sociologias* [online]. 2017, v. 19, n. 45, pp. 258-299.

GONÇALVES, A. L.; FIGUEIREDO, F. C. **Educação para a cidadania e o ensino médio: uma revisão teórica**. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 5, n. 12, p. 29077 - 29096, dez, 2019. D

HILL, Napoleon.. **Quem pensa enriquece**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde do escolar, 2015**. Rio de Janeiro: IBGE; 2016. 126 p.

KOSTULSKI, C. A. et al. Adolescência, violência e invisibilidade social: uma revisão crítica a partir da história de Sandro. *Revista Sociais & Humanas*, 32(3), 161-172, 2019.

MARIN, A. H. et al. **Competência socioemocional: conceitos e instrumentos associados**. Rev. bras. ter. cogn. [online], vol.13, n.2 [citado 2019-11-01], pp. 92-103, 2017.

MILANEZ, N. **A noção foucaultiana de dessubjetivação: alicerces, experiências e modos de agir do sujeito**. Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, v. 6, n. 3, p. 12-39, set.-dez. 2021.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PICCOLI, L. M.; LENA, M. S.; GONÇALVES, T. R. **Violência e sofrimento social no contexto escolar: um estudo de caso em Porto Alegre, RS**. Saúde e Sociedade [online]. v. 28, n. 4, 2019.

PIRES, R. R. C. (org.) **Implementando Desigualdades Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

POLI, M.C.; BECKER, A.L. **Adolescência: Uma abordagem na psicanálise lacaniana**. Adolescência e Psicanálise: Intersecções Possíveis. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2ed, p. 201-211, 2012.

SILVA, L. F.; FREIRE, J. L.; PRADO, L. M. **Cidadania e Violência Estrutural**. Revista Brasileira de Educação e Cultura, n. XVII, jan-jun 2018, pp. 94-103, 2018.

SILVA, M. P.; MURTA, S. G. **Treinamento de habilidades sociais para adolescentes: uma experiência no Programa de Atenção Integral à Família (Paif)**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 136-143, 2009.

SILVA, S. C.; GALETO, P. H.; BATISTA, R. K. **Juventude, Mundo do Trabalho e Vulnerabilidade Social: O desemprego juvenil no Brasil como uma expressão da condição de subalternidade da classe trabalhadora**. *Emancipação, [S. l.]*, v. 20, n. especial, p. 1-11, 2020.

SCOTT, J. B. et al. **O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura**. *Psicologia em Revista*, 24(2), 600-615, 2018.

WARPECHOWSKI, M. B.; CONTI, L. **Adolescer em contextos de vulnerabilidade e exclusão social. Estilos da clínica: revista sobre a infância com problemas. São Paulo. Vol. 23, n. 2 (maio/ago. 2018), p. 322-343, 2018.**

ZAPPE, J. G.; ALVES, C. F.; DELL'AGLIO, D. D. **Comportamentos de risco na adolescência: revisão sistemática de estudos empíricos.** Psicologia em Revista, 24(1), 79-100, 2018.